



I Grupo Parlamentar I



:: Plano e Orçamento 2020 :: Intervenção final António Lima ::

Terminou, há cerca de 2 meses, a nível nacional, uma legislatura diferente das anteriores.

Pela primeira vez, em muitos anos, os portugueses e portuguesas viram as suas vidas melhorar, os seus rendimentos aumentar, os seus direitos a serem observados.

Tudo isto se deveu à geringonça. É certo que muito mais se poderia ter feito, como demonstrou o Bloco de Esquerda, em cada dia e em cada área da governação.

Todas e todos nos lembramos que essa solução política - a geringonça - só foi possível porque o Partido Socialista precisava de apoio parlamentar à esquerda para governar, sob pena de deixar a direita no poder.

Demonstramos que o PS estava errado pois o que se fez em muitas áreas da governação foi mesmo contrário ao que defendia o Partido Socialista no seu programa. E os resultados foram positivos.

Nos Açores, o Bloco de Esquerda também esteve, está e estará disponível para discutir com o PS e com todas as forças políticas as melhores soluções para melhorar a vida das pessoas.

Mas, nos Açores, o Partido Socialista, por força da maioria absoluta que legitimamente detém, não precisa nem quer aceitar as propostas do Bloco de Esquerda.

Isto apesar do manto demagógico da abertura com que se cobre.

Mas vejamos casos concretos.

No início de 2018, o Bloco de Esquerda apresentou nesta casa uma proposta que defendia a urgente capitalização pública da SATA.

O PS chumbou esse projecto de resolução, afirmando que a nossa proposta implicaria despedimentos e que poderia mesmo levar ao encerramento da empresa.

Hoje, pouco mais de um ano depois e neste orçamento o Governo propõe a capitalização pública da SATA.



I Grupo Parlamentar I



Afinal, quem tinha razão?

Em 2018 o Bloco de Esquerda defendeu que o LNEC devia estudar o Porto da Horta. Essa proposta foi atacada e chumbada pelo PS.

Em 2019 o governo decidiu encomendar um estudo mitigado sobre o porto da Horta ao LNEC. Mitigado por não envolver o molhe norte.

Mais uma vez, afinal quem tinha razão?

Finalmente, e como último exemplo, é simples verificar que, há anos que o Bloco de Esquerda apresenta sucessivas propostas para que o projecto da incineradora de S. Miguel seja abandonado e substituído por outras soluções mais sustentáveis.

Todas essas propostas foram rejeitadas pelo PS.

Só depois do processo chegar aos tribunais, com o resultado conhecido, se aceita repensar este assunto.

Uma vez mais, afinal quem tinha razão?

Esta pequena resenha de situações concretas é elucidativa de que as propostas do Bloco de Esquerda são sérias, exequíveis e que concretizadas no momento em que são apresentadas, poupariam recursos melhorariam a vida dos açorianos e açorianas.

Apesar desta postura do Partido Socialista e do Governo Regional, o Bloco de Esquerda Açores não deixa de apresentar propostas.

Como por diversas vezes dissemos, congratulamo-nos com a descida do desemprego. Mas não podemos aceitar que os Açores estejam no topo das desigualdades sociais e que o risco de pobreza seja o maior do país.

Quase 1 em cada três açorianos e açorianas estão em risco de pobreza.

Apesar de estar em implementação a estratégia regional contra a pobreza, com um horizonte a dez anos, há medidas concretas e exequíveis que se exigem já.

Numa altura em que as finanças públicas estão bem, em que a riqueza na região aumenta a um ritmo até superior à média nacional, os indicadores sociais são inaceitáveis.



I Grupo Parlamentar I



Neste contexto de urgência social são necessárias medidas como as que propõe o Bloco de Esquerda: creches gratuitas para rendimentos até ao 4º escalão do IRS como 1º passo para a gratuitidade da creche para todas as crianças; o aumento de 15 euros no cheque pequenino; o aumento para 7,5% do acréscimo ao salário mínimo; sendo a habitação um problema grave para cada vez mais sectores da população, como a chamada classe média, defendemos a oferta pública de arrendamento com um plano concreto, a iniciar já no próximo ano com uma dotação de 12 milhões de euros.

O combate à pobreza tem de ser feito também ao nível do combate à precariedade.

Este fator contribui para que mesmo quem tem emprego continue na pobreza.

A nossa proposta de pôr fim a todos os programas de emprego que financiem contratos a termo não é excentricidade, é puro bom senso!

No setor público, o governo propõe um plano de integração de precários da administração regional, quase idêntico ao de 2017, quando foram integrados 75 trabalhadores.

Por que razão o Governo não aceita a proposta do Bloco de Esquerda para introduzir o direito ao contraditório a qualquer trabalhador que se considere em condições de ser integrado no caso de não aceitação da sua pretensão?

Esta proposta não tem custos, mas introduz transparência e contraditório no processo. Esses são pilares do Estado de Direito, tão reclamado, e bem, nesta casa.

Esta proposta combate a lógica da dádiva do senhor feudal que tudo decide e confere dignidade a quem trabalha, retirando a carga de instrumento eleitoral a este mecanismo.

Apesar de toda a propaganda, é cristalino que para o ano de 2020, a suborçamentação da saúde continua. É já certo que os Hospitais em 2020 não terão o orçamento que precisam, como tem acontecido e demonstram os 3 anos necessários para adquirir um aparelho de ressonância magnética.



I Grupo Parlamentar I



Na educação e perante a falta de professores na região apresentamos medidas para que este problema não se avolume, como a integração de precários e a aplicação dos incentivos à fixação previstos no Estatuto da carreira docente.

Queremos uma capitalização da SATA mas não para a entregar privados, como defende o Governo, pois esta constitui um activo estratégico para os Açores no presente e para o futuro.

É urgente que as potencialidades económicas do nosso mar em todas as suas vertentes sejam potenciadas e salvaguardadas.

Constituir no Faial um centro de investigação com carácter jurídico de Laboratório de Estado, englobando na sua concretização a Universidade dos Açores, não é um capricho.

Serve para dar músculo ao desenvolvimento científico da Região, para combater a precariedade dos investigadores e preparar a região para a economia do futuro.

Manter o status quo, como assume o Governo Regional, é falta de ambição e cedência aos interesses instalados exteriores à região.

Estas propostas têm tudo a ver com o dia a dia dos açorianos e açorianas, são realistas do ponto de vista orçamental e são exequíveis, hoje.

Mas para o Partido Socialista e para a oposição política de direita elas constituem um problema intransponível.

Afrontam interesses instalados, reforçam a transparência e contemplam rupturas na economia para atingirmos novos patamares de desenvolvimento, de resposta social e mais rendimento para quem trabalha.

Por tudo isto as propostas sensatas e progressistas do Bloco de Esquerda merecem o chumbo do Partido Socialista.

Mas na discussão deste plano e orçamento o Partido Socialista introduziu também o debate sobre o aprofundamento da Autonomia. Todas as ocasiões são boas para este debate.



I Grupo Parlamentar I



O Partido Socialista apresentou, sobre esta assunto, duas exigências: o aumento substantivo do poder da nossa autonomia e dos Açores e a exigência democrática de um consenso alargado e legitimado , exigências com as quais estamos de acordo.

Mas o Bloco de Esquerda coloca também uma intransigência democrática: que o aprofundamento da autonomia seja simultaneamente um aprofundamento da democracia.

Neste sentido, tratar o poder de veto político – consignado no sistema de equilíbrio de poderes da nossa Constituição e utilizado pelo Presidente da República, atualmente o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa – como mero poder de secretaria, lesa o Estado de Direito.

Mas volto ao orçamento.

O Bloco de Esquerda, assumindo que cabe legitimamente ao governo e ao partido socialista a sua condução, veio a esta Casa apresentar propostas concretas que respondendo aos anseios dos açorianos e açorianas seriam compatíveis com um orçamento de esquerda, como assume querer o Partido Socialista.

Infelizmente, para prejuízo dos Açores, a maioria não aprova qualquer proposta substantiva do Bloco de Esquerda, preferindo manter este orçamento como está: permissivo e continuador das desigualdades sociais na região.

O Bloco de Esquerda votará por isso contra as propostas de plano e orçamento para 2020.

Horta, 28 de novembro de 2019